TEMA 08. Jesus Cristo, Deus e Homem verdadeiro

Jesus Cristo assumiu a natureza humana sem deixar de ser Deus: é verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

23/03/2010

1. A Encarnação do Verbo

«Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou Seu Filho, nascido de mulher» (*Gal* 4, 4). Cumpre-se, assim, a promessa de um Salvador que Deus fez a Adão e Eva ao serem expulsos

do Paraíso: «Farei reinar a inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela. Esta esmagar-te-á a cabeça e tu tentarás mordê-la no calcanhar» (*Gn* 3, 15). Este versículo do Génesis é conhecido com o nome de proto-evangelho, porque constitui o primeiro anúncio da boa nova da salvação. Tradicionalmente, interpretou-se que a mulher de que se fala, tanto é Eva, em sentido directo, como Maria, em sentido pleno; e que a descendência da mulher se refere tanto à humanidade como a Cristo **.**

Desde então até ao momento em que «o Verbo se fez carne e habitou entre nós» (*Jo* 1, 14), Deus foi preparando a humanidade para que pudesse acolher com fruto o Seu Filho Unigénito. Deus escolheu para si o povo israelita, estabeleceu com ele uma Aliança e formou-o progressivamente, intervindo na sua história, manifestando-lhe os seus

desígnios através dos patriarcas e profetas e santificando-o para Si. E tudo isto, como preparação e figura daquela nova e perfeita Aliança que havia de concluir-se em Cristo e daquela plena e definitiva revelação que devia ser efectuada pelo próprio Verbo encarnado [1]. Embora Deus tenha preparado a vinda do Salvador, sobretudo, mediante a eleição do povo de Israel, isso não significa que tenha abandonado os restantes povos, “os gentios”, pois nunca deixou de dar testemunho de Si mesmo (cf. *Act* 14, 16-17). A Providência divina fez com que os gentios tivessem uma consciência mais ou menos explícita da necessidade da salvação e até aos mais recônditos cantos da terra se conservava o desejo de serem redimidos.

A Encarnação tem a sua origem no amor de Deus pelos homens: «nisto se manifestou o amor que Deus para

connosco: Deus enviou o Seu Filho unigénito ao mundo, para que por Ele tenhamos a Vida» (*1 Jo* 4, 9). A Encarnação é a demonstração, por excelência, do Amor de Deus pelos homens, já que nela é o próprio Deus quem se entrega aos homens fazendo-Se participante da natureza humana em unidade de pessoa.

Após a queda de Adão e Eva no paraíso, a Encarnação tem uma finalidade salvadora e redentora, como professamos no Credo: «por nós homens e para nossa salvação, desceu do céu e encarnou pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria, e Se fez homem» [2]. Cristo afirmou de Si mesmo que «o Filho do homem veio buscar e salvar o que estava perdido» (*Lc* 19, 10; cf. *Mt* 18, 11) e que «Deus não enviou o Seu Filho para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por Ele» (*Jo* 3, 17).

A Encarnação não só manifesta o infinito amor de Deus pelos homens, a Sua infinita misericórdia, a Sua justiça, o Seu poder, mas também a coerência do plano divino de salvação; a profunda sabedoria divina consiste na forma como Deus decidiu salvar o homem, ou seja, do modo mais conveniente à sua natureza, que é precisamente mediante a Encarnação do Verbo.

Jesus Cristo, o Verbo encarnado, «não é nem um mito, nem uma ideia abstracta qualquer; É um homem que viveu num contexto concreto e que morreu depois de ter levado a sua própria existência no quadro da evolução da história. A investigação histórica sobre Ele é, pois, uma exigência da fé cristã» [3].

Pertence à doutrina da fé que Cristo existiu, como também que morreu realmente por nós e que ressuscitou ao terceiro dia (cf. *1 Cor* 15, 3-11). A

existência de Jesus é um facto provado pela ciência histórica, sobretudo, mediante a análise do Novo Testamento cujo valor histórico está fora de dúvida. Há outros testemunhos antigos não cristãos, pagãos e judeus, sobre a existência de Jesus. Precisamente por isso, não são aceitáveis as posições daqueles que contrapõem um Jesus histórico ao Cristo da fé e defendem a suposição de que quase tudo o que o Novo Testamento diz acerca de Cristo seria uma interpretação de fé que fizeram os discípulos de Jesus, mas não a Sua autêntica figura histórica que ainda permaneceria oculta para nós. Estas posições que, ao longo do tempo, encerram um forte preconceito contra o sobrenatural, não têm em conta que a investigação histórica contemporânea coincide em afirmar que a apresentação que faz de Jesus o cristianismo primitivo se baseia em autênticos factos realmente acontecidos.

2. Jesus Cristo , Deus e homem verdadeiro

A Encarnação é «o mistério da união admirável da natureza divina e da natureza humana, na única Pessoa do Verbo» (*Catecismo* , 483). A Encarnação do Filho de Deus «não significa que Jesus Cristo seja, em parte Deus e em parte homem, nem que seja o resultado de uma mistura confusa do divino com o humano. Ele fez-Se verdadeiro homem, permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem» (*Catecismo* , 464). A divindade de Jesus Cristo, Verbo eterno de Deus, estudou-se ao tratar da Santíssima Trindade. Aqui vamos fixar-nos, sobretudo, no que se refere à Sua humanidade.

A Igreja defendeu e aclarou esta verdade de fé durante os primeiros séculos face às heresias que a falseavam. Já no século I, alguns

cristãos de origem judaica, os ebionitas, consideraram Cristo como um simples homem, embora muito santo. No século II surge o adopcionismo, que defendia que Jesus era filho adoptivo de Deus; Jesus seria apenas um homem em quem habita a força de Deus; para eles, Deus era só uma pessoa. Esta heresia, foi condenada no ano 190 pelo Papa São Victor, pelo Concílio de Antioquia, no ano 268, pelo Concílio I de Constantinopla e pelo Sínodo Romano do ano 382 [4]. A heresia arriana, ao negar a divindade do Verbo, negava também que Jesus Cristo fosse Deus. Arrio foi condenado pelo Concílio I de Niceia no ano 325. Também, recentemente, a Igreja voltou a recordar que Jesus Cristo é o Filho de Deus subsistente desde a eternidade que na Encarnação assumiu a natureza humana na Sua única pessoa divina [5].

A Igreja fez também frente a outros erros que negavam a realidade da natureza humana de Cristo. Entre estes, enquadram-se aquelas heresias que recusavam a realidade do corpo ou da alma de Cristo. Entre as primeiras encontra-se o docetismo, nas suas diversas variantes, que tem um pano de fundo gnóstico e maniqueu. Alguns dos seus seguidores afirmavam que Cristo teve um corpo celeste, ou que o Seu corpo era puramente aparente, ou que apareceu de repente na Judeia sem ter tido que nascer ou crescer. Já São João teve que combater este tipo de erros: «muitos sedutores se têm levantado no mundo, que não confessam que Jesus Cristo tenha vindo em carne» (*2 Jo* 7; Cf. *1 Jo* 4, 1-2).

Arrio e Apolinar de Laodiceia negaram que Cristo tivesse verdadeira alma humana. O segundo teve particular importância neste

campo e a sua influência esteve presente durante vários séculos nas controvérsias cristológicas posteriores. Numa tentativa de defender a unidade de Cristo e a Sua impecabilidade, Apolinar defendeu que o Verbo desempenhava as funções da alma espiritual humana. Esta doutrina, no entanto, implicava negar a verdadeira humanidade de Cristo composta, como em todos os homens, de corpo e alma espiritual (cf. *Catecismo* , 471). Foi condenado no Concílio I de Constantinopla e no Sínodo Romano de 382 [6].

3. A união hipostática

No princípio do século quinto, após as controvérsias precedentes, era clara a necessidade de defender firmemente a integridade das duas naturezas humana e divina na Pessoa do Verbo; de modo que a unidade pessoal de Cristo começa a constituir o centro da atenção da

cristologia e da soteriologia patrística. Para este novo aprofundamento contribuíram novas discussões.

A primeira grande controvérsia teve a sua origem nalgumas afirmações de Nestório, patriarca de Constantinopla, que utilizava uma linguagem em que dava a entender que em Cristo há dois sujeitos: o sujeito divino e o sujeito humano, unidos entre si por um vínculo moral, mas não fisicamente. É neste erro cristológico que tem origem a recusa do título de Mãe de Deus, *Theotókos* , aplicado a Santa Maria. Maria seria Mãe de Cristo mas não Mãe de Deus. Opondo-se a esta heresia, São Cirilo de Alexandria e o Concílio de Éfeso de 431 recordaram que «a humanidade de Cristo não tem outro sujeito senão a pessoa divina do Filho de Deus, que a assumiu e a fez sua desde que foi concebida. Por isso, o Concílio de

Éfeso proclamou, em 431, que Maria se tornou, com toda a verdade, Mãe de Deus por ter concebido humanamente o Filho de Deus em Seu seio» (*Catecismo* , 466; cf. *DS* 250 y 251).

Anos mais tarde surgiu a heresia monofisita. Esta heresia tem os seus antecedentes no apolinarismo e numa má compreensão por parte de Eutiques (ancião arquimandrita de um mosteiro de Constantinopla), da doutrina e da linguagem empregue por São Cirilo. Eutiques afirmava, entre outras coisas, que Cristo é uma Pessoa que subsiste numa só natureza, pois a natureza humana teria sido absorvida na divina. Este erro foi condenado pelo Papa São Leão Magno, no seu *Tomus ad Flavianum* [7] – autêntica jóia da teologia latina – e pelo Concílio ecuménico de Calcedónia do ano 451, ponto de referência obrigatório para a cristologia. Ensina assim: «há que

confessar um só mesmo Filho e Senhor nosso Jesus Cristo: perfeito na divindade e perfeito na humanidade» [8], e acrescenta que a união das duas naturezas é «sem confusão, sem alteração, sem divisão, sem separação» [9].

A doutrina de Calcedónia foi confirmada e aclarada pelo II Concílio de Constantinopla do ano 553, que faz uma interpretação autêntica do Concílio anterior. Depois de sublinhar várias vezes a unidade de Cristo [10], afirma que a união das duas naturezas de Cristo tem lugar segundo a hipóstase [11], superando, assim, a possibilidade de equívocos da fórmula ciriliana que falava de unidade segundo a *"fisis"*. Nesta linha, o II Concílio de Constantinopla indicou também o sentido em que deveria entender-se a conhecida fórmula ciriliana de «uma natureza do Verbo de Deus encarnada» [12], frase que São Cirilo

pensava ser de Santo Atanásio, tratando-se, na realidade, de uma falsificação apolinarista.

Nestas definições conciliares, que tinham como finalidade aclarar alguns erros concretos e não expor o mistério de Cristo na sua totalidade, os Padres conciliares utilizaram a linguagem do seu tempo. Da mesma maneira que Niceia empregou o termo consubstancial, Calcedónia utiliza termos como natureza, pessoa, hipóstase, etc., de acordo com o significado habitual que tinham na linguagem comum e na teologia da sua época. Isto não significa, como afirmaram alguns, que a mensagem evangélica se helenizasse. Na realidade, os que se mostraram rigidamente helenizantes foram precisamente aqueles que propunham as doutrinas heréticas, como Arrio ou Nestório, que não souberam ver as limitações que tinha

a linguagem filosófica do seu tempo face ao mistério de Deus e de Cristo.

4. A Humanidade Santíssima de Jesus Cristo

«Na Encarnação “a natureza humana foi assumida, não absorvida” (*GS* 22, 2)» (*Catecismo* , 470). Por isso a Igreja ensinou «a plena realidade da alma humana, com as suas operações de inteligência e vontade, e do corpo humano de Cristo. Mas, paralelamente, a mesma Igreja teve de lembrar repetidamente que a natureza humana de Cristo pertence, como própria, à pessoa divina do Filho de Deus que a assumiu. Tudo o que Ele fez e faz nela, depende de “um da Trindade”. Portanto, o Filho de Deus comunica à sua humanidade, o seu próprio modo de existir pessoal na Santíssima Trindade. E assim, tanto na sua alma, como no seu corpo, Cristo exprime humanamente os costumes divinos

da Trindade (cf. *Jo* 14, 9-10» (*Catecismo* , 470).

A alma humana de Cristo é dotada de um verdadeiro conhecimento humano. A doutrina católica ensinou tradicionalmente que Cristo, enquanto homem, possuía um conhecimento adquirido, uma ciência infusa e a ciência beata própria dos bem-aventurados no Céu. O conhecimento adquirido de Cristo não podia ser, por si mesmo, ilimitado: «por isso o Filho de Deus, fazendo-Se homem, pôde aceitar "crescer em sabedoria, estatura e graça" (*Lc* 2, 52) e também teve de Se informar sobre o que, na condição humana, deve aprender-se de modo experimental (cf. *Mc* 6, 38; 8, 27; *Jo* 11, 34)» (*Catecismo* , 472). Cristo, em quem repousa a plenitude do Espírito Santo com os Seus dons (cf. *Is* 11, 1-3), possuiu também a ciência infusa, quer dizer, aquele conhecimento que não se adquire

directamente pelo trabalho da razão, mas é infundido directamente por Deus na inteligência humana. Com efeito, «o Filho também mostrava, no seu conhecimento humano, a clarividência divina que tinha dos pensamentos secretos do coração dos homens (cf. *Mc* 2, 8; *Jo* 2, 25; 6, 61» (*Catecismo* , 473). Cristo possuía também a ciência própria dos beatos: «Pela sua união com a Sabedoria divina na pessoa do Verbo Encarnado, o conhecimento humano de Cristo gozava, em plenitude, da ciência dos desígnios eternos que tinha vindo revelar (cf. *Mc* 8, 31; 9, 31; 10, 33-34; 14, 18-20, 26-30» (*Catecismo* , 474). Por tudo isto deve afirmar-se que Cristo, enquanto homem, é infalível: admitir o erro n'Ele seria admiti-lo no Verbo, única pessoa existente em Cristo. No que se refere a uma eventual ignorância propriamente dita, é preciso ter presente que «o que neste domínio reconhece ignorar (cf. *Mc* 13, 32)

declara, noutro ponto não ter a missão de o revelar (cf. *Act* 1, 7)» (*Catecismo* , 474). Entende-se que Cristo era humanamente consciente de ser o Verbo e da sua missão salvífica [13]. Por outro lado, a teologia católica, ao pensar que Cristo possuía já na terra a visão imediata de Deus, negou sempre a existência em Cristo da virtude da fé [14].

Frente às heresias monoenergeta e monotelista que, em lógica continuidade com o monofisismo precedente, afirmavam que em Cristo há uma só operação ou uma só vontade, a Igreja confessou no III Concílio ecuménico de Constantinopla, no ano 681, que «Cristo possui duas vontades e duas operações naturais, divinas e humanas, não opostas mas cooperantes, de forma que o Verbo feito carne quis humanamente, em obediência ao Pai, tudo quanto

decidiu divinamente com o Pai e o Espírito Santo para a nossa salvação (cf. *DS* 556-559). A vontade humana de Cristo “segue a sua vontade divina sem fazer resistência nem oposição em relação a ela, antes estando subordinada a essa vontade omnipotente” (DS 556)» (*Catecismo* , 475). Trata-se de uma questão fundamental pois está directamente relacionada com o ser de Cristo e com a nossa salvação. São Máximo, o Confessor, distinguiu-se neste esforço doutrinal de clarificação e serviu-se, com grande eficácia, da conhecida passagem da oração de Jesus no Horto, em que aparece o acordo da vontade humana de Cristo com a vontade do Pai (cf. *Mt* 26, 39).

Consequência da dualidade de naturezas é também a dualidade de operações. Em Cristo há duas operações, as divinas, procedentes da sua natureza divina e as humanas, que procedem da natureza humana.

Fala-se também de operações teândricas para referir aquelas em que a operação humana actua como instrumento da divina: é o caso dos milagres realizados por Cristo.

O realismo da Encarnação do Verbo manifestou-se também na última grande controvérsia cristológica da época patrística: a disputa sobre as imagens. O costume de representar Cristo, em frescos, ícones, baixos-relevos, etc., é antiquíssima e existem testemunhos que remontam, pelo menos, ao século segundo. A crise iconoclasta produziu-se em Constantinopla no início do século VIII e teve origem numa decisão do Imperador. Já antes tinha havido teólogos que se tinham mostrado, ao longo dos séculos, partidários ou contrários ao uso das imagens, mas ambas as tendências tinham coexistido pacificamente. Os opositores costumavam aduzir que Deus não tem limites e não pode,

portanto, encerrar-se no interior dumas linhas, duns traços, não se pode circunscrever. No entanto, como assinalou São João Damasceno é a própria Encarnação que circunscreve o Verbo que não se pode circunscrever «Uma vez que o Verbo se fez carne, assumindo uma verdadeira natureza humana, o corpo de Cristo era circunscrito. Portanto, o rosto humano de Jesus pode ser "pintado" (*Gl* 3, 2)» (*Catecismo* , 476). No II Concílio ecuménico de Niceia, do ano 787, «a Igreja reconheceu como legítimo que Ele fosse representado em santas imagens» (*Catecismo* , 476). Com efeito, «as particularidades individuais do corpo de Cristo exprimem a pessoa divina do Filho de Deus. Este fez seus, os traços do seu corpo humano de tal modo que, pintados numa imagem sagrada, podem ser venerados porque o crente que venera a Sua imagem,

venera nela a pessoa nela representada» [15].

A alma de Cristo, ao não ser divina por essência mas humana, foi aperfeiçoada, como as almas dos outros homens, mediante a graça habitual, que é «um dom habitual, uma disposição estável e sobrenatural que aperfeiçoa a alma, mesmo para a tornar capaz de viver com Deus e de agir por seu amor» (*Catecismo* , 2000). Cristo é santo, como anunciou o arcanjo S. Gabriel a S. Santa Maria na Anunciação (*Lc* 1, 35). A humanidade de Cristo é radicalmente santa, fonte e paradigma de santidade de todos os homens. Pela Encarnação, a natureza humana de Cristo foi elevada à maior união com a divindade – com a Pessoa do Verbo – à qual criatura alguma pode ser elevada. Do ponto de vista da humanidade do Senhor, a união hipostática é o maior dom que jamais se tenha podido receber, e

costuma conhecer-se com o nome de graça de união. Pela graça habitual a alma de Cristo foi divinizada com essa transformação que eleva a natureza e as operações da alma ao plano da vida íntima de Deus, proporcionando às suas operações sobrenaturais uma conaturalidade que, de outro modo, não teria. A sua plenitude de graça implica também a existência das virtudes infusas e dos dons do Espírito Santo. Desta plenitude de graça de Cristo, «todos recebemos, graça sobre graça» (*Jo* 1, 16). A graça e os dons foram outorgados a Cristo não só em atenção à sua dignidade de Filho, mas também em atenção à sua missão de novo Adão e Cabeça da Igreja. Por isso, fala-se duma graça capital em Cristo, que não é uma graça distinta da graça pessoal do Senhor, mas um aspecto dessa mesma graça que sublinha a sua acção santificadora sobre os membros da Igreja. A Igreja, com

efeito, «é o Corpo de Cristo» (*Catecismo* , 805), um Corpo «cuja cabeça é Cristo: ela vive d'Ele, n'Ele e para Ele; e Ele vive com ela e nela» (*Catecismo* , 807).

O Coração do Verbo encarnado. «Jesus, conheceu-nos e amou-nos, a todos e a cada um, durante a Sua vida, a Sua agonia e a Sua paixão, entregando-Se por cada um de nós: "O Filho de Deus amou-me e entregou-Se por mim". Amou-nos a todos com um coração humano» (*Catecismo* , 478). Por este motivo, o Sagrado Coração de Jesus «é considerado sinal e símbolo, por excelência daquele amor com que o divino Redentor ama, sem cessar, o eterno Pai e todos os homens» (cf. *ibidem*).

José Antonio Riestra

Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica , 422-483.

Bento XVI-Joseph Ratzinger, *Jesus de Nazaré* , Esfera dos Livros, Lisboa 2007, pp. 395-435.

Leituras recomendadas

A. Amato, *Jesús el Señor* , BAC, Madrid 1998.

F. Ocáriz – L.F. Mateo Seco – J.A. Riestra, *El misterio de Jesucristo* , 3ª ed., EUNSA, Pamplona 2004.

Notas

[1] Concílio Vaticano II, Const. *Lumen Gentium* , 9.

[2] Concílio de Constantinopla I, *Symbolum* , DS 150; cf. Concílio Vaticano II, Const. *Lumen Gentium* , 55.

[3] Comissão Teológica Internacional, *Cuestiones selectas de Cristología*

(1979), en ID., *Documentos 1969-1996* , 2ª ed., BAC, Madrid 2000, 221.

[4] Cf. *DS* 151 y 157-158.

[5] Cf. Congregação para a Doutrina da Fé, *Decl. Mysterium Filii Dei* , 21-II-1972, em *AAS* 64(1972)237-241.

[6] Cf. *DS* 151 e 159.

[7] Cf. Ibidem, 290-295.

[8] Cf. *Ibidem* , 301; *Catecismo* , 467.

[9] Cf. Idem.

[10] Cf. *Ibidem* , 423.

[11] Cf. *Ibidem* , 425.

[12] Cf. *Ibidem* , 429.

[13] Cf. Comissão Teológica Internacional, *La conciencia que Jesús tenía de Sí mismo y de su misión* (1985), em ID., *Documentos*

1969-1996, 2ª ed., BAC, Madrid 2000, 377-391.

[14] Cf. Congregação para a Doutrina da Fé, *Notificação* , n. V, 26-XI-2006.

[15] Concílio de Niceia II, *DS* 601.

pdf | Documento gerado automaticamente a partir de https://opusdei.org/pt-pt/article/tema-8-jesus-cristo-deus-e-homem-verdadeiro/ (13/12/2025)